



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CIENCIA DA INFORMACAO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

MARIA DA GLÓRIA VIEIRA DE SÁ

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS HISTÓRICOS
DO ESTADO DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA/PB

2020

MARIA DA GLÓRIA VIEIRA DE SÁ

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS HISTÓRICOS
DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título em Bacharel.

Orientadora: Profa. Ma. Danielle Alves de Oliveira

JOÃO PESSOA/PB

2020

MARIA DA GLÓRIA VIEIRA DE SÁ

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS HISTÓRICOS
DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado ao Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título em Bacharel.

Orientadora: Profa. Ma. Danielle Alves de Oliveira

Aprovado em: 14/04/2020.

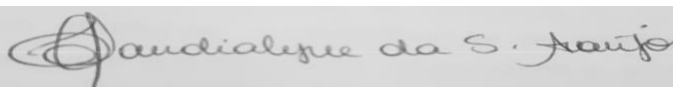
BANCA EXAMINADORA



Profª Ma. Danielle Alves de Oliveira
Orientador (UFPB)



Profª Ana Cláudia Cruz Córdula
Examinadora interna (UFPB)



Profª Claudialyne da Silva Araújo
Examinador externo (UEPB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V657p Vieira de Sá, Maria da Glória .

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS
HISTÓRICOS DO ESTADO DA PARAÍBA / Maria da Glória Vieira de Sá. –
João Pessoa, 2020.
29f.: il.

Orientador(a): Prof^a Ma. Danielle Alves de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Políticas de preservação.. 2. Arquivos.. 3. Conservação.. 4. Arquivos
históricos do Estado da Paraíba. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:930.25(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica
do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe, Vicentina, que sempre me apoia, aconselha-me e faz o que está a seu alcance para me ver sempre bem psicológica e materialmente, enfim, ela é minha fortaleza, é meu tudo nessa vida e nada que eu venha fazer por ela chegará perto do amor que ela sente por mim.

Agradeço aos demais da minha família, que cada um a sua maneira, incluindo meus seis filhos peludos, contribuíram para que eu pudesse concluir o curso.

Agradeço a oportunidade, durante o curso, ter conhecido pessoas que fizeram das minhas noites mais alegres e leves, em especial a França e a Werley, pelas longas conversas, debatendo sobre variados assuntos. E também a Olímpio que infelizmente nos deixou tão cedo.

Agradeço também pela oportunidade de ter estagiado na Pró Reitoria de Administração e Finanças do IFPB, mas especialmente de ter conhecido meus supervisores, Canuto e Suellen, por terem me transmitido seus conhecimentos sobre o fazer arquivístico.

Agradeço especialmente a Suellen pela sua amizade, a sua compreensão nas horas que mais precisei, além de ter feito das minhas manhãs, por dois anos, mais produtivos, cultos e alegres.

Agradeço a todos os professores e professoras, que por cinco anos, colaboraram para enriquecer meus conhecimentos sobre a Arquivologia.

E por fim, grata a minha orientadora, Danielle Alves, que realmente me orientou e sempre esteve presente, ajudando-me em todos os momentos que precisei no decurso da construção deste TCC.

RESUMO

O estado da Paraíba inicia sua história no Brasil-Colônia e por isso carrega muita informação registrada em seus documentos, produzidos e acumulados durante anos. Desse modo a presente pesquisa pretende verificar e problematizar a existência de políticas de preservação documental do Arquivo da Fundação Casa de José Américo e do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, pois ambos possuem documentos relevantes para história paraibana que estão sob a tutela do Estado. Além disso, verificar também o comprometimento do Arquivo Público do Estado da Paraíba - APEPB para o estabelecimento de políticas públicas de preservação. Metodologicamente, a pesquisa será bibliográfica e de campo, através de entrevista semiestruturada com os gestores dos arquivos. O Arquivo da FCJA possui acervos de ex-governadores e de personalidades paraibanas, porém não possuem políticas de preservação documental e as medidas de preservação são triviais. O mesmo acontece com o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, além da necessidade urgente de profissionais capacitados em restauração. Por fim, o Arquivo Público do Estado da Paraíba, que está comprometido em promover políticas de preservação e conservação para os documentos que foram produzidos e para aqueles que serão produzidos. Porém, o APEPB necessita, primeiramente, normatizar-se, para poder atuar efetivamente no quesito preservação documental dos acervos do Estado.

Palavras-chave: Políticas de preservação. Arquivos. Conservação. Arquivos históricos do Estado da Paraíba.

ABSTRACT

The state of Paraíba begins its history in Brazil-Colony and therefore carries a lot of information recorded in its documents, produced and accumulated over the years. In this way, the present research intends to verify and problematize the existence of document preservation policies of the Archive of the Casa de José Américo Foundation and of the Historical Archive Waldemar Bispo Duarte, as both have relevant documents for Paraíba history that are under the tutelage of the State. In addition, also check the commitment of the Public Archive of the State of Paraíba - APEPB for the establishment of public preservation policies. Methodologically, the research will be bibliographic and field, through a semi-structured interview with the managers of the archives. The FCJA Archive has collections of ex-governors and Paraíba personalities, but they do not have document preservation policies and the preservation measures are trivial. The same is true of the Waldemar Bispo Duarte Historical Archive, in addition to the urgent need for trained professionals in restoration. Finally, the Public Archive of the State of Paraíba, which is committed to promoting preservation and conservation policies for the documents that were produced and for those that will be produced. However, APEPB needs, first of all, to regulate itself, in order to be able to act effectively in terms of documentary preservation of State collections.

Keywords: Preservation policies. Files. Conservation. Historical archives of the State of Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos são instituições de guarda de documentos resultantes das atividades de entidades jurídica, física ou individual, relatando o que fora feito no passado, informando-nos e ensinando-nos a compreender e aprender com os acertos e equívocos realizados outrora para ajudar-nos a tomar decisões mais eficientes no futuro. Entretanto, para se ter acesso a toda gama de informações, tais documentos precisam estar em condições adequadas para que seu conteúdo possa ser utilizado para consultas e pesquisas.

Desta forma, faz-se necessário fomentar meios para proteger os registros históricos e culturais da ação dos fatores físicos, químicos e biológicos, através das políticas de preservação e conservação. Tais políticas, tem como escopo o estabelecimento de medidas protetivas aos documentos para que as informações possam estar preservadas pelo maior tempo possível.

O Estado da Paraíba, que iniciou a sua história na época do Brasil-colônia com a fundação da cidade Nossa Senhora das Neves em 05 de agosto de 1585, sendo a terceira mais antiga do Brasil e hoje chamada de João Pessoa, carrega muita informação registrada em documentos, produzidos e acumulados ao longo da sua história. Contudo, a ausência de um Arquivo Estadual¹ central para abrigar essa massa documental do poder executivo e criar políticas de gestão, nos causa preocupação quanto a preservação da memória do Estado. Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo verificar e problematizar a existência de políticas de preservação documental em arquivos públicos estaduais com caráter histórico. Os arquivos a serem abordados são o Arquivo dos Governadores da Fundação Casa de José Américo e o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, pois ambos guardam documentos com informações relevantes para a história paraibana e estão sob a tutela do Estado.

Assim, objetiva-se especificamente:

- a) Discutir a importância do estabelecimento de políticas de preservação documental para acervos;
- b) Levantar a existência de políticas de preservação documental em arquivos públicos estaduais com caráter histórico;

¹ O Arquivo Público Estadual da Paraíba foi criado em 2018, porém, por enquanto, funciona apenas de modo gerencial. Fica localizado na Av. Abdias Gomes de Almeida, 800 – 1º Andar – Rampa 1, Tambauzinho – João Pessoa/PB.

- c) Identificar as condições de preservação do acervo;
- d) Verificar se o Arquivo Público do Estado da Paraíba, através da gerência de Tratamento, Preservação e Difusão, tem domínio acerca da criação de políticas de preservação documental para os demais acervos públicos estaduais.

O interesse pela pesquisa surgiu da curiosidade de saber sobre o estado de conservação dos documentos históricos da Paraíba, visto que não temos um Arquivo Público Estadual Central onde esses documentos podem ser tratados e organizados de acordo com a sua proveniência. Deste modo, surgiu a necessidade de conhecer as políticas de preservação existentes nas instituições onde esses documentos estão abrigados. Ademais, verificar o comprometimento do Arquivo Estadual da Paraíba para o estabelecimento das políticas públicas de preservação, também justificou a elaboração deste artigo.

Metodologicamente, a pesquisa será exploratória com intuito de familiarizar-se com a situação atual dos arquivos estaduais. Concomitantemente, faremos uso da pesquisa bibliográfica e de campo. Por fim, utilizaremos a entrevista semiestruturada com os gestores dos arquivos e com a diretoria executiva do Arquivo Público do Estado da Paraíba a fim de complementar as informações sobre as políticas de preservação das instituições.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas de preservação em arquivos são planos de ação, os quais tentam atenuar ao máximo o desgaste dos acervos através dos tempos, bem como restaurar aqueles injuriados pela ação ambiental. São medidas protetivas contra a atuação de agentes biológicos, físicos e químicos, executadas por pessoas capacitadas, com o intuito de assegurar as informações. Em seu livro, *Arquivos Modernos*, Schellenberg (2006, p.231) relata que:

Cabe ao arquivista precaver-se contra esses agentes destrutivos, promovendo-se de instalações que anulem ou reduzam os efeitos maléficos dos agentes externos e empregando métodos que preservem os materiais perecíveis[...].

Os conservadores no ato de sua função devem observar e relatar cautelosamente se estão adequadas as condições de conservação dos documentos, de acondicionamento e de armazenamento, bem como se o espaço físico onde se encontra o acervo é

apropriado para a guarda, para o tratamento e para a pesquisa. Após o diagnóstico, o profissional, terá subsídios para emitir um programa, isto é, políticas públicas condizentes com a situação do arquivo, a fim de mitigar ou erradicar os causadores da deterioração do acervo. Renato Augusto Pereira também corrobora:

[...] A deterioração e destruição dos documentos de arquivos são causadas principalmente pelos agentes biológicos, condições ambientais e fatores humanos. O acesso aos documentos de arquivos não pode ocorrer a longo termo se não forem tomadas medidas preventivas, mas priorizando a criação de espaço adequado para o manuseamento dos documentos e para o pessoal técnico desenvolver, sem limitações, as suas atividades. Estes esforços devem ser associados aos programas de formação do pessoal na área de preservação e conservação de documentos de arquivo. (Pereira,2003, p.16 *apud* Larroyd; Ohira, 2007, p. 256)

Mas para que essas políticas, estas registradas oficialmente ou não, surtam efeito dentro de uma instituição arquivística, todos os seus colaboradores/usuários envolvidos tem que participar obedecendo às regras outrora estabelecidas pela entidade de informação, no sentido de prolongar a vida útil dos documentos e assim, garantir o acesso e o uso dos documentos, como destaca Rose Tenório de Oliveira:

Logo, o êxito da preservação em um arquivo requer levar à prática um somatório de decisões e ações para uma correta gestão. Para isto, torna-se fundamental não apenas a parceria entre arquivistas e conservadores, mas o envolvimento de todos os profissionais da instituição arquivística, bem como dos usuários, já que todo o esforço feito para prolongar a vida dos documentos tem como objetivo mantê-los em condições de acesso e uso (de Oliveira, 2011, p.67).

A preservação tem a função precípua de assegurar a informação, esta materializada em algum suporte dentro do arquivo, porém quem lida diariamente com o fazer arquivístico, sabe que os arquivos não recebem o devido respeito e o reconhecimento de sua importância na instituição a qual pertence, isto é, são considerados depósitos, por instituições públicas e privadas em grande parte, acumulando grandes volumes documentais desordenados por anos, sendo eles arquivísticos e não-arquivísticos. Desta maneira:

[...] o arquivo não pode ser considerado estoque de papel velho ou material que não tem mais utilidade. A função deste setor em qualquer empresa ou instituição é guardar a documentação e principalmente fornecer aos interessados as informações contidas em seu acervo de maneira rápida e segura (Larroyd; Ohira, 2007, p. 254-255).

Para este trabalho, que irá tratar de arquivos públicos estaduais com valor secundário, convém dizer que o arquivo, de um modo geral, é um conjunto de

documentos resultante das atividades realizadas e de documentos acumulados que tenham a mesma afinidade orgânica da entidade. Desta forma, os arquivos para a Lei 8159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, significa:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Apesar da instituição está explicitada em lei, devido a sua importância de caráter social em disseminar a informação, a mesma é deveras desvalorizada, tanto as de natureza pública como as de natureza privada. O descaso com os arquivos é provocado pela desconhecimento da sua finalidade principal, que é o de atender a sociedade em suas diversas necessidades. O desdém com os arquivos é também devido à falta de conscientização por ainda acharem, nos dias atuais, que são apenas depósitos e não setores atuantes essenciais para a gestão da informação. José Maria Jardim, acrescenta:

Na América Latina e, especificamente, no Brasil, a precariedade organizacional dos arquivos públicos e o uso social incipiente da informação governamental expressam a trajetória de suas administrações públicas, bem como suas condições políticas, econômicas e sociais (Jardim, 1995, p.7 *apud* Lima; Silva, 2014, p. 2).

A não existência da gestão documental acarreta em trabalho árduo para o arquivista responsável, pois este terá que fazer os procedimentos de classificação e avaliação dos documentos, os quais deveriam ter sido estabelecidos na fase corrente, interferindo negativamente na eficiência das políticas de preservação documental e conseqüentemente na morosidade ao acesso as informações. Porém, a gestão documental em entidades públicas é garantida pela:

a) Constituição Federal, artigo 216:

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

b) E pela Lei 8159/91:

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Deve-se ressaltar a importância da gestão documental para evitar o acúmulo de documentos não - arquivísticos e daqueles destinados a eliminação. Isto é, a administração correta dos documentos, desde a sua criação, não permitirá o desperdício de recursos financeiros, material e pessoal, no momento de planejar as políticas de preservação, “visto que todo processo desenvolvido para racionalizar o fluxo documental favorece a preservação dos documentos considerados de valor permanente” (de Oliveira, 2011, p.62).

Desta forma, saberá quais informações/documentos pertinentes irão compor o arquivo, isto é, documentos que compõe o patrimônio cultural e a memória institucional, pois é também dever público proteger documentos de valor histórico, informativo e probatório:

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Lei Nº 8159, de 8 de janeiro de 1991).

Os arquivos devem manter seus documentos em condições favoráveis para uso dos usuários e acesso facilitado às informações, pois Paes (2004, p.20) afirma que a função básica do arquivo é tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda. Pereira (2003, p. 16) também afirma que:

O acesso ao documento de arquivo conduz ao reconhecimento da sua importância pelos usuários. Para que esse acesso ocorra a longo termo é preciso que os respectivos programas de preservação e conservação sejam implementados, através da elaboração das políticas de preservação e conservação à luz da legislação nacional sobre os arquivos abrangido todos os suportes de informação. (Pereira, 2003, p. 16 apud Larroyd; Ohira, 2007, p. 256).

É imprescindível para a propagação da informação, que o suporte a qual está inserida, esteja preservado para o acesso e uso, evitando-se, no futuro, que os documentos careçam de restauro. A depender do nível de desgaste, o processo de restauração pode ser bastante custoso para a instituição, exigindo-se equipamentos, técnicas eficazes e profissionais aptos para garantir ao máximo a integridade e fidelidade documental. Então é preferível que a entidade responsável pelo arquivo tome medidas protetivas desde a criação do documento, concomitante a gestão documental, para que o acervo, principalmente o de guarda permanente, receba o tratamento adequado desde o princípio. Larroyd e Ohira (2007, p. 256) prosseguem dizendo:

Os Arquivos Públicos têm como finalidade a guarda de documentos e a preocupação de mantê-los organizados para o uso. Ter os documentos em boas condições de manuseio, seja para utilização de pesquisas históricas, seja para a realização de trabalhos diários, é um compromisso que o responsável pela instituição deve repassar aos seus usuários e frequentadores.

Os arquivos públicos (sejam eles da esfera municipal, estadual ou federal) são instituições importantes para gerir os documentos da administração pública, auxiliando na tomada de decisões, na transparência dos resultados, na função social em fornecer as informações aos cidadãos/usuários mostrando seus direitos e deveres, como também responsáveis pela guarda e pela preservação dos acervos.

Portanto, os arquivos públicos são instituições fundamentais para armazenar e gerir documentos relevantes para a administração e para os cidadãos. A partir das informações registradas os usuários podem conhecer a história da sua comunidade e ressignificar a sua memória. Contudo, para que isso seja possível, é necessário que as instituições tenham políticas de preservação para garantir a sobrevivência da documentação e conseqüentemente, fornecer o acesso. Manter o patrimônio cultural em condições favoráveis para acesso e uso, é assegurar a memória e a identidade cultural de um povo.

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 ARQUIVO DOS GOVERNADORES - FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO

A Fundação Casa de José Américo (FCJA)² foi fundada em 11 de janeiro de 1982 com o intuito de preservar e divulgar a vida e a obra de seu patrono, José Américo de Almeida. A FCJA é vinculada à Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba e é formada pela Casa Museu, Biblioteca e Arquivos de governadores e de outras personalidades da Paraíba desde 1930.

A casa foi construída na década de 50 por José Américo de Almeida, que fora político, advogado e literário de grande renome na Paraíba e no Brasil. A propriedade tornou-se patrimônio histórico e cultural paraibana através do Decreto Lei Estadual 4195 de 10 de dezembro de 1980.

² Localizado na Av. Cabo Branco, 3336, Cabo Branco – João Pessoa/PB. Funciona de segunda a sexta das 8:30h às 16:30h e finais de semana das 08:30h às 16:00h. Telefone: (83) 3219-0900.

A partir do trabalho realizado com as obras de José Américo, a FCJA foi se tornando referência para a preservação de documentos históricos. Deste modo, passou a abrigar o fundo documental dos governadores e personalidades. Atualmente, há mais de 15 fundos e mais de 300 mil documentos em vários suportes como manuscritos, impressos, fotografias e peças de áudio e de vídeos.

No prédio DDA (Departamento de Documentação e Arquivo) encontra-se: o acervo de alguns governadores da Paraíba, de personalidades paraibanas e uma a hemeroteca com coleções de jornais.

O primeiro fundo arquivístico a chegar na FCJA foi o do ex-governador Tarcísio de Miranda Burity. O ex-governador supracitado foi o responsável pelo Decreto Lei Estadual que transformou a casa de José Américo na FCJA, além disso, mandou construir o prédio do DDA para abrigar acervos documentais relevantes para o Estado. Tarcísio Burity, por ter tido uma relação de amizade com o patrono da Fundação, trouxe os restos mortais do escritor, atendendo ao seu desejo, para o seu mausoléu³, onde jaz ao lado de sua esposa Alice.

A FCJA possui documentos desde o século 19 até os dias atuais. Segundo entrevista realizada com a pessoa responsável pelo arquivo e que trabalha como arquivista na Fundação, os documentos apresentam informações de suma relevância para a memória, cultura e pesquisa do povo paraibano, contudo, é perceptível que a população local não valoriza esse espaço, visto que o maior número de usuários é de turistas e não de moradores do estado.

Essa, é uma triste realidade que precisa ser modificada urgentemente com políticas culturais e educação patrimonial, pois a preservação desses documentos só faz sentindo se a sociedade atentar para o potencial memorialístico e informacional desses acervos. Corroborando com essa assertiva, Mario Chagas (2005, p. 119) afirma que “sem a identificação de um valor qualquer, seja este mágico, econômico, simbólico, artístico, histórico, científico, afetivo ou cognitivo, a preservação não será deflagrada, ainda que exista o perigo de destruição”.

O arquivo da FCJA contém documentos de gêneros: textuais (predominantemente), iconográficos e audiovisuais. O processo de conservação destes documentos é através da higienização com a retirada de ligas, objetos metálicos e sujidades diversas. Contudo, em entrevista, não ficou claro as ações de conservação dos

³ O Mausoléu fica situado na frente do DDA.

documentos em formato de fita cassete, cd e dvd. Estes suportes analógicos têm como característica a necessidade de tecnologia/dispositivo compatível a eles que sirva de intermédio para se ter acesso a informação. E a conservação destes suportes seguem regras diferentes das tomadas para documentos de origem orgânica. Dessa forma:

Os padrões ótimos de temperatura e umidade para armazenamento de documentos audiovisuais, seguindo recomendações internacionais, são de 25-30% de umidade relativa (UR) e 10°C de temperatura. No entanto, esses são parâmetros muito pouco viáveis em países tropicais, em função do alto custo para a climatização dos ambientes. Portanto, a regra principal, e ao mesmo tempo a de mais difícil execução, é tentar adotar um parâmetro que se possa manter 24 horas por dia, durante todo o ano, com mínimas variações de temperatura e umidade relativa (BUARQUE, p.4, 2008).

Após a higienização, os documentos são acondicionados em capilhas de papel neutro e arquivados em caixas arquivo do tipo polionda. As fotografias são acondicionadas em poliéster cristal e papel neutro. Todo documento é armazenado em ambiente limpo com controle da temperatura em torno de 21^oC a 22^oC. Vale destacar, contudo, que o sistema de refrigeração é desligado no final do expediente, aumentando substancialmente a temperatura das salas de guarda dos acervos.

Documentos com suporte em papel necessitam de temperatura e umidade relativa do ar controlados pois são os fatores ambientais que mais danificam o papel. A variação da temperatura e o não controle da umidade causa dilatação e contração do documento causando seu desgaste mais rapidamente, como também o aparecimento de agentes biológicos como fungos. Assim sendo:

Os fatores climáticos são responsáveis pelo desenvolvimento de microorganismos, insetos e também roedores. Os valores aceitos como convenientes à conservação de acervos em papéis podem variar entre 50% e 60% de umidade relativa do ar e 16 a 22°C de temperatura. O controle da umidade é feito através de aparelhos de desumidificação do ar, quando ambiente úmido e de umidificadores em ambientes secos (COUTINHO, p. 11-12, 2015).

A entrada de novos fundos documentais na FCJA acontece quando alguém deseja doar o acervo que está sob sua custódia. Nesse sentido, é realizado uma análise, e posterior triagem, para identificar o que irá para o arquivo e o que deve ser devolvido ao doador. É importante lembrar que os documentos são periodicamente higienizados e organizados nos parâmetros arquivísticos, elaborando-se quadro de arranjos e instrumentos de pesquisa, pois outrora, foi organizado por bibliotecários que manteve viva a memória registrada, porém a organização se deu nos padrões da biblioteconomia.

Ainda no que tange as normas de preservação, os usuários da FCJA são orientados a usarem luvas e máscaras ao manusear os documentos. Essa prática é realizada para manter a integridade do documento pesquisados, porém se algum documento necessitar de restauração, a Fundação conta com laboratório para pequenas intervenções.

Os cuidados com a preservação dos fundos documentais da instituição, não estão registrados em nenhum documento oficializado, pois não existe na FCJA nenhuma política de preservação institucionalizada. Portanto, as ações são desenvolvidas a partir de orientações da Arquivista, mas não são condutas oficializadas entre todos os colaboradores.

Apesar dos esforços dos funcionários da FCJA, as medidas preventivas são bastantes triviais, e por vezes, ineficientes, podendo acarretar em perdas irreparáveis de informação se as políticas de preservação não forem elaboradas por especialistas da área e oficializadas entre todos os colaboradores. As políticas de preservação são condutas fundamentais para a conservação dos acervos documentais, não adianta desenvolver ações esporádicas sem fundamentos científicos, pois é um gasto desproporcional de energia e recursos.

As políticas de preservação são ações complexas que envolvem não apenas o acervo em si, mas também, toda a região aonde os documentos estão acondicionados. Além disso, os diferentes tipos de suporte, necessitam condições específicas de tratamento e guarda. Desta maneira, Solange Sette G. de Zúñiga relata que:

[...] para que o programa seja implantado com êxito, é necessário que seja calcado sobre um profundo conhecimento do acervo custodiado pela instituição, bem como do edifício e do entorno que o abriga. Conhecimento este que implica no domínio dos tipos, formatos e suportes dos documentos de arquivo, estrutura dos materiais de que são feitos, quantidade, tipo de uso e diferentes valores que lhes são atribuídos (DE ZÚÑIGA, p. 77, 2002).

Por fim, segundo a pessoa entrevistada, as condições de preservação do acervo estão boas, apesar dos métodos empregados não sejam ideais, isto é, insuficientes para proteger apropriadamente, como também a localização da Fundação Casa José Américo, na região litorânea, em frente ao mar. A região litorânea tem como característica o clima quente e úmido fatores estes, que influenciam na degradação significativa do documento se não for preservado adequadamente. O Arquivo dos Governadores é visivelmente bem tratado, mas precisa de um olhar mais específico de um profissional capacitado em preservação.

Figura 1: Imagens do Departamento de Documentação e Arquivo



Fonte: Produção Própria (2020)

A Figura 1, mostra, no sentido horário, na parte de cima da esquerda para direita, capilha devidamente identificada com pH neutro para proteção. A próxima imagem mostra o arquivo de José Américo, em seguida o arquivo do ex-governador Tarcísio de Miranda Burity em processo de organização dos documentos, e por fim, o arquivo do ex-governador Ronaldo Cunha Lima, no qual foi elaborado o quadro de arranjo do seu acervo.

3.2 ARQUIVO HISTÓRICO WALDEMAR DUARTE

O Arquivo Histórico Waldemar Duarte⁴ foi inaugurado em 02 de junho de 1987, pelo então governador Tarcísio Burity, contudo, foi idealizado pelo jornalista e escritor Waldemar Bispo Duarte, que veio a ser o primeiro diretor do arquivo. Na sua fundação, o espaço chamava-se Arquivo Histórico da Paraíba, entretanto, após a morte de

⁴ Localizado na Av. Abdias Gomes de Almeida, 800 – Subsolo das rampas 3 e 4, Tambauzinho – João Pessoa/PB. Funcionamento de segunda a sexta-feira, das 8:30h às 16:30h. Contato: spedrof@hotmail.com. Telefone: (83)3255-8725 / (83)3255-8719 / 98853.8681.

Waldemar em 2004, o atual diretor, João Pedro Ferreira da Silva, resolveu mudar o nome do arquivo para homenagear o idealizador do arquivo. Waldemar Duarte ocupou a cadeira número 1 (um) da Academia Paraibana de Letras e foi o primeiro bibliotecário da Paraíba com diploma emitido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O acervo arquivístico da instituição, conta com documentos importantes do período colonial, imperial e da república. É possível encontrar cartas de Dom Pedro I, jornais, demarcações indígenas, criação de bairros e instituições, como também documentos da atividade administrativa do Estado. Reúne também fotos doadas pelo fotógrafo Gilberto Stuckert as quais mostram os lugares mais marcantes da cidade de João Pessoa em tempos remotos.

O acervo possui documentos desde o ano 1704, com as Sesmarias até o ano de 1978 com documentos do governo de Ivan Bichara, isto é, o fundo do arquivo é fechado. O acervo possui documentos do gênero textual e iconográfico. O Arquivo Histórico é importante não apenas por receber professores e alunos do estado da Paraíba, mas também, o público em geral do próprio estado, dos demais estados brasileiros e de outros países.

A preservação dessa entidade de informação é imprescindível para manter viva a história paraibana que está intimamente ligada a outros estados e países. Portanto, preservar esse acervo é fundamental para a memória social. Lima e Silva complementam:

A salvaguarda de arquivos documentais é essencial para a preservação da memória por meio de testemunhos físicos que evocam a história através de um elemento eminentemente tátil, fator que diversas vezes enaltece a veracidade do documento pela psicologia coletiva (De Lima; Silva, p. 3, 2014)

A higienização dos documentos da instituição é realizada periodicamente com o auxílio de trinchas. Os colaboradores do arquivo, e seus usuários, são orientados a manusear os documentos com cautela para não agredir o documento. A higienização é um tipo de conservação preventiva que colabora bastante para a manutenção do suporte por mais tempo e principalmente assegurar a informação. Assim, Cassares (p.26, 2000) acrescenta: “a sujidade é o agente de deterioração que mais afeta os documentos. A sujidade não é inócua e, quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todos os suportes num acervo.”.

Os documentos do Arquivo Waldemar Duarte estão acondicionados em caixas arquivo do tipo polionda, contudo, já estão bastante desgastadas. As caixas poliondas

devem ser trocadas sempre que apresentarem desgaste, pois as dobraduras relaxadas permitem a entrada de sujidades, as quais causam danos ao acervo. Também é preferível acondicionar o documento permanente em material neutro ou alcalino a fim de evitar reações químicas com o documento, segundo recomendações do Conarq:

Todos os materiais usados para o armazenamento de documentos permanentes devem manter-se quimicamente estáveis ao longo do tempo, não podendo provocar quaisquer reações que afetem a preservação dos documentos. Os papéis e cartões empregados na produção de caixas e invólucros devem ser alcalinos e corresponder às expectativas de preservação dos documentos (CONARQ, p.15, 2005).

A temperatura do acervo é controlada entre 21^oC e 22^oC, mas não há aparelhos ou outras medidas que controle a umidade relativa do ar, podendo acarretar na proliferação de microorganismos. O arquivo também não possui políticas de preservação e conservação oficializado, isto é, as práticas arquivísticas são implícitas passadas pelo atual diretor do arquivo aos seus colaboradores. O atual diretor, que trabalha no arquivo desde 1987, adquiriu seus conhecimentos arquivísticos com o próprio Waldemar Duarte, como também participou de cursos, de palestras e de fóruns sobre a temática arquivística.

Alguns documentos antigos foram digitalizados, como forma de preservá-los, evitando o seu manuseio, mas os mesmos não estão disponíveis no site da Funesc – Fundação Espaço Cultural - por falta de investimentos em equipamentos e tecnologia. A fundação é um órgão da administração indireta com caráter social, cultural e educacional.

O Arquivo Histórico não possui laboratório de restauro, apesar de alguns documentos, que estão separados dos demais, precisarem de reparos, pois segundo a pessoa entrevistada, não há convênio com pessoas especializadas em restauração. Essa situação é extremamente danosa para a preservação da memória, pois os documentos estão fadados a degradação, se não houver uma intervenção urgente. Além disso, os documentos precisam ser separados de acordo com as suas necessidades, pois, documentos mais ácidos, podem passar a sua acidificação para os que necessitam de intervenções mais simples.

A falta de conhecimento e políticas na área de preservação acabam aumentando a velocidade de degradação dos acervos. Deste modo, é fundamental que o Arquivo Público da Paraíba intervenha de modo assertivo nessa situação para contribuir com a

salvaguarda dos acervos de valor histórico e cultural nas instituições de memória do Estado.

Figura 2: Imagens do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte



Fonte: Produção própria

A Figura 2, no sentido horário, da parte superior da esquerda para direita, mostra parte do acervo em estantes deslizantes. Observa-se na próxima imagem, o desgaste das caixas arquivo polionda. Em seguida o arquivamento na posição horizontal e adequada para um acervo permanente. E por fim, documentos manuscritos do período colonial (1771/1799).

3.3 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DA PARAÍBA

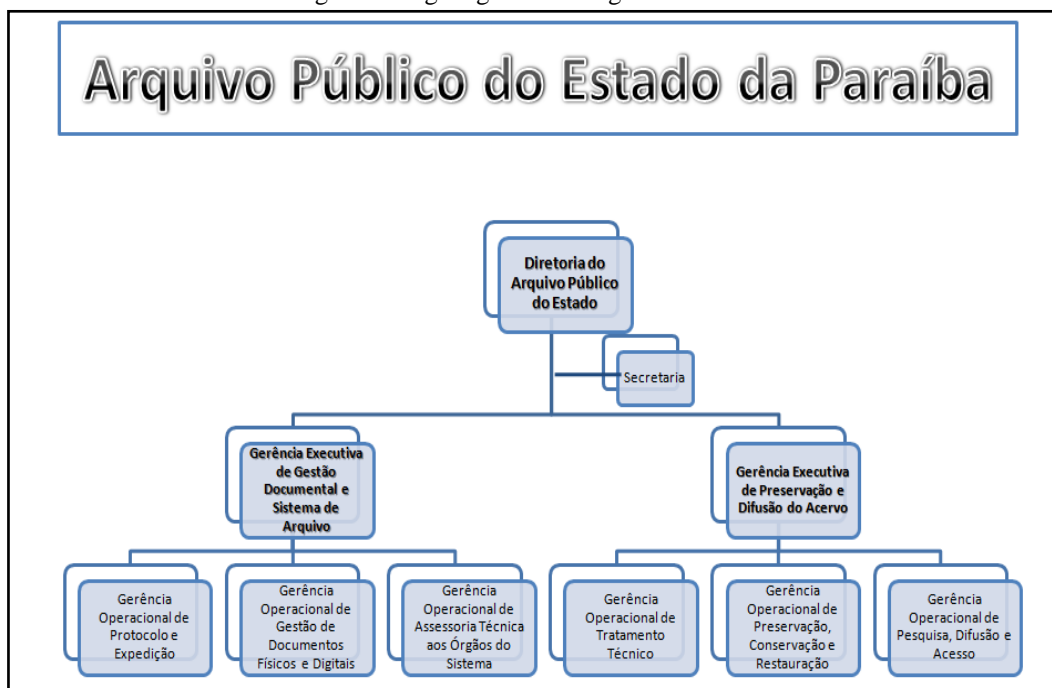
No dia 29 de dezembro de 2018 foi promulgada a Lei Estadual nº 11263 que dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba - APEPB, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e

arquivos privados. O APEPB está vinculado a Secretária de Estado e Governo – SEGOV, ou seja, posição que em tese permite atuar em toda organização documental da instituição, Assim, Paes afirma que:

Embora não se possa determinar, de forma generalizada, qual a melhor posição do órgão de arquivo na estrutura de uma instituição, recomenda-se que esta seja a mais elevada possível, isto é, que o arquivo seja subordinado a um órgão hierarquicamente superior, tendo em vista que irá atender a setores e funcionários de diferentes níveis de autoridade (PAES, p.37, 2004).

O Arquivo Público Estadual⁵ tem como objetivo realizar a gestão documental da administração direta e indireta da Paraíba, preservar os registros de valor histórico e dar acesso as informações aos usuários. O Arquivo da Paraíba está estruturalmente organizado como mostra a Figura 3, a seguir:

Figura 3: Organograma – Cargos Comissionados



Fonte: Arquivo Público do Estado da Paraíba

⁵ Texto completo da Lei nº 11.263 encontra-se no Diário Oficial do Estado – DOE, Domingo, 30 de dezembro de 2018, p. 3-6. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2018/dezembro/diario-oficial-30-12-2018-total.pdf/view>.

Em entrevista com a Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo, o APEPB está funcionando, por enquanto, em uma pequena sala no Espaço Cultural, com três pessoas (a Diretoria e as duas Gerências Executivas) nomeadas nos meses de agosto e setembro de 2019. A preocupação atual do Arquivo é organizar-se administrativamente, isto é, formular toda a questão normativa.

O Arquivo Público tem como função, em relação aos documentos de caráter histórico, mapear e recolher toda a massa documental acumulada ao longo de mais de 400 anos de história da Paraíba. Depois, tratá-la adequadamente com os instrumentos de gestão para definir aqueles de guarda permanente e o que deverá ser eliminado. Esses documentos irão compor o Arquivo Central do Estado.

Após essa fase inicial, serão realizadas atividades de arranjo e a criação de instrumentos de pesquisa para facilitar a recuperação da informação. Ainda, serão construídas políticas de preservação.

Terá também a função de gerenciar os demais acervos estaduais quando forem incorporados ao Arquivo Público Estadual, o que inclusive aconteceu com o acervo do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte que foi incorporado ao APEPB no ato da criação da lei. Contudo, apesar dessa incorporação, ainda não foram construídas políticas de preservação e nem ações mais efetivas de gestão, haja vista o baixo quantitativo de colaboradores do APEPB e a necessidade de realizar questões administrativas iniciais.

O Arquivo, outrossim, tem como função de orientar e de implantar a gestão documental nos órgãos da administração direta e indireta do estado da Paraíba, como auxiliar no diagnóstico situacional da estrutura dos documentos, na criação das comissões permanentes de avaliação documental, ajudar a criar os seus códigos de classificação e suas tabelas temporalidades, enfim, gerenciar os documentos que já foram criados e os que ainda serão.

Desse modo, por ainda está no processo de normatização, o Arquivo não possui no momento, um cuidado especial com as instituições que abrigam os acervos históricos e nem tem conhecimento de como estão as condições de preservação e conservação destes acervos, a exceção do Arquivo Histórico Waldemar Duarte, o qual APEPB intervém com ações paliativas. Mas se sabe, que nenhum deles existe políticas de preservação por falta de profissionais para elaborar as regras. No entanto, está no plano

de ação do Arquivo Público este olhar mais cuidadoso com estes documentos de valor secundário.

Os avanços que podem ser vislumbrados, até o momento, no tocante a preservação dos acervos documentais do estado, de modo efetivo, foram poucos, porque precisa-se, primeiro, sair a publicação do regimento interno, o do conselho e criar os cargos de arquivo⁶ para poder trabalhar com força e respaldo, já que o APEPB está amparado apenas na lei que o criou. Mas o Arquivo trabalha no sentido de pensar e elaborar medidas protetivas, como captar os recursos humanos, como divulgar a documentação dos acervos, como será a intervenção aos acervos.

Assim, a importância do Arquivo para a preservação da memória social é fundamental, já que a Paraíba era um dos poucos estados brasileiros a não possuir um arquivo público. É imprescindível saber da situação dos documentos que foram produzidos, como estão sendo acondicionados, armazenados e conservados, contudo, reafirmamos a importância de criação de políticas de preservação, visto a necessidade de salvuardarmos a nossa memória.

Segundo Marcos Galindo (2005, p. 7) se

não mantermos uma relação de respeito para com os recursos de nossa memória, se não temos fidelidade com o passado, certamente não teremos a comisseração do futuro. A fidelidade com a história é um ato de preservação, fixador da identidade, e se não construímos nossa identidade histórica, teremos, em breve, que buscar em outrem a identidade que não ousamos tomar do nosso passado (GALINDO, 2005, p. 7).

Neste sentido, reafirmamos a relevância do trabalho do APEPB, contudo, ressaltamos a necessidade de intervenções mais efetivas no que tange as ações de preservação em acervos já existentes. Apesar de ser uma necessidade reunir e tratar os documentos do Estado, sabemos que de nada adiantará se não estiverem em condições de acesso e uso, portanto, destacamos a necessidade urgente do estabelecimento de políticas de preservação para os acervos históricos em instituições do Estado.

⁶ A criação dos cargos de arquivo (arquivista e técnico em arquivo) para trabalhar nos órgãos do Estado foi colocada no projeto de lei da criação, porém foi sugerido a sua retirada do texto original, pois poderia impactar no orçamento, no aumento da folha e assim impedir a promulgação da lei de criação do APEPB. Mas no texto original ainda permaneceu a criação dos cargos de arquivo para atender a demanda do APEPB. Atualmente foi mandado ao Estado a minuta de criação dos cargos para aprovação, mas até o momento não obtiveram resposta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo da Fundação Casa de José Américo e o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte são instituições com acervos riquíssimo para a história e para a memória da Paraíba e do Brasil. É inegável a relevância deles para o resgate da memória social e a indiscutível necessidade de preservação destes patrimônios culturais. Entretanto, no decorrer deste artigo, descobrimos que os acervos não possuem políticas de preservação institucionalizadas, são apenas ações indicadas por profissionais, e que muitas vezes, estão equivocadas. Além disso, as atividades desenvolvidas são padronizadas, não levando em considerações as especificidades dos diferentes gêneros documentais.

No Arquivo da Fundação Casa de José Américo percebe-se a questão da temperatura, cujos aparelhos de ar condicionados são desligados após o expediente, proporcionando a dilatação e contração da estrutura física do suporte. Ademais, a sua localização em frente à orla do Cabo Branco obriga a necessidade de cuidados ainda mais frequentes, haja vista a presença da maresia. Ressalta-se ainda que a presença de desumidificadores é insuficiente para o tamanho do acervo. O uso desse aparelho deve ser calculado diante do espaço e do nível de umidade do ambiente, além de possuir uma instalação adequada para não minimizar a sua ação.

Com relação ao Arquivo Waldemar Bispo Duarte percebe-se a urgência em desenvolver ações de conservação e restauração no acervo. Apesar da relevância dos documentos, as ações ainda estão longe de garantir a preservação. As únicas ações desenvolvidas é o uso de ar condicionado e a higienização, contudo, as atividades isoladas não surtem o efeito necessário.

Diante deste cenário, o Arquivo Público Estadual da Paraíba possui grandes desafios e demandas, visto que o seu objetivo é administrar os documentos da administração pública desde a sua criação até o seu destino final, bem como resguardar os já produzidos, acumulados e esquecidos por gestões anteriores.

A necessidade de estruturar-se administrativamente é fator imprescindível, encontrado nesta pesquisa, para que o Arquivo Público atue de maneira efetiva diante dos órgãos da administração direta e indireta. Contudo, foram tantos anos de descaso com o patrimônio documental na Paraíba, que não podemos esperar muito tempo para que ações efetivas comecem a ser executadas, até porque a gestão de todos os documentos do Estado é um projeto ambicioso e demorado, portanto, não podemos esperar que tudo esteja perfeito para que as diretrizes de preservação comecem a ser

desenvolvidas. Assim, reafirmamos que construir políticas de preservação e conservação para os acervos de caráter permanente, é peça essencial para proteger os documentos que contam a nossa história e são fonte inesgotável de informação no processo de ressignificação da memória social.

Por fim, ressaltamos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, entretanto, esse estudo possibilita desdobramentos futuros, como a proposição de uma minuta de política de preservação a ser apresentada como contribuição, visto que a academia pode, e deve fornecer subsídios efetivos para sociedade. Acreditamos que em sistema de parceria e cooperação podemos ajudar na consolidação da APEPB e na preservação da nossa memória.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-americo-de-almeida/biografia>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **ARQUIVO**: Estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477p.

BRASIL, **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25 jan. 2020.

_____, **Lei nº 8.159, de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BUARQUE, Marco Dreer. Estratégias de preservação de longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL (9:2008; São Leopoldo, RS). **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral; São Leopoldo, RS : UNISINOS, 2008. 9f. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6818/1718.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 23 mar 2020.

CONARQ. **Arquivo Público Estadual da Paraíba**. Disponível em: <<http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/apebp.html>>. Acesso em: 19 fev. 2020.
_____. **Recomendações para a Produção e o Armazenamento de documentos de Arquivo**. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_a_produo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

COUTINHO, Camila Fernandes Vilar. **INFORMAÇÃO E PAPEL: PRESERVAR É PRECISO?** 2015. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1324/1/CFVC280916.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2020.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. p.115-132.

GALINDO, Marcos. Tragédia da memória. **Massangana**, Recife, v. 2, n. 1, p. 57-62, 2005.

LIMA, Leslyanne Rodrigues de; SILVA, Sara Kelly de Sousa. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e Digitalização de Documentos Ameaçados. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v. 3, n. 2. 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/31744126-Arquivo-historico-waldemar-bispo-duarte-e-a-digitalizacao-de-documentos-ameacados.html>> Acesso em: 02 fev. 2020.

OLIVEIRA, Rose Tenório de. Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n. Especial 1, p. 60-75, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/147/14718794005.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2020.

ZUÑIGA, Solange Sette G. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados. **Rev. Registro**, Indaiatuba, ano 1, n. 1, p. 71-89, jul. 2002. Disponível em: <https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf#page=71>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FUNDAÇÃO CASA JOSÉ AMÉRICO. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://fcja.pb.gov.br/o-que-e-a-fundacao>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

FUNESC. **Arquivo Histórico Waldemar Duarte**. Disponível em: <<https://funesc.pb.gov.br/espaco-cultural/equipamentos/arquivo-historico/arquivo-historico>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

LARROYD, Suzana; OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Políticas de preservação nos Arquivos Públicos Municipais Catarinenses Preservation Policies in The Municipal Public Archives of Santa Catarina p. 254-272. **Revista ACB**, v. 12, n. 2, p. 254-272, 2007. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/504>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MAPA DA CULTURA. **Funesc Fundação Espaço Cultural da Paraíba**. Disponível em: <<http://mapas.cultura.gov.br/espaco/200352/>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 26 - 42, mar. 2015. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>>. Acesso em: 23 mar. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2015v20n1p26>.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 225p.

PALETTA, F. A. C.; YAMASHITA, M. M.. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais.

Arquivística.net, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 172-184, ago. / dez. 2006. Disponível em:< http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2009/11/pdf_c835af3d2a_0006726.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

PARAÍBA CRIATIVA. **Fundação Casa José Américo**. Disponível em <<https://www.paraibacriativa.com.br/artista/fundacao-casa-de-jose-americo/>> Acesso em: 07 de jan. 2020.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.

APÊNDICE 1

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA NAS INSTITUIÇÕES

- 1) Qual a sua função nessa instituição?
- 2) Qual o recorte temporal dos documentos pertencentes a esse acervo?
- 3) Qual a importância dessa instituição para a sociedade?
- 4) Você considera importante a preservação dos documentos dessa instituição? Por quê?
- 5) Quais os gêneros documentais existem nesse acervo?
- 6) Existe algum método utilizado para preservação e conservação do acervo?
- 7) Há controle de Temperatura e Umidade Relativa do ar no ambiente do acervo?
- 8) A higienização dos documentos é realizada? Em que momento?
- 9) De que forma os documentos estão acondicionados?
- 10) Como se dá a entrada de novos documentos na instituição?
- 11) A instituição tem alguma política de preservação e conservação do acervo?
- 12) Existe algum laboratório para pequenas intervenções e restaurações dos documentos?
- 13) Existe alguém na equipe preparado para orientar os demais colaboradores sobre as estratégias de preservação necessárias ao acervo?
- 14) Na sua opinião, como estão as condições de preservação do acervo da instituição?

APÊNDICE 2

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS GESTORES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

- 1) Há quanto tempo a gerência do Arquivo público foi criada?
- 2) Qual a sua função na gestão dos arquivos públicos do Estado?
- 3) Qual a função de vocês: administrar um arquivo central do Estado ou gerenciar a gestão dos arquivos estaduais?
- 4) Como a equipe gestora do arquivo publico vem trabalhando com os demais arquivos do Estado?
- 5) Existe algum cuidado especial com as instituições que abrigam os arquivos históricos do Estado?
- 6) Você sabe informar como estão as condições de preservação e conservação dos acervos históricos do Estado?
- 7) Vocês sabem informar se os arquivos Históricos do Estado possuem alguma política de preservação dos acervos?
- 8) Como a gestão do arquivo públicos do Estado pretende colaborar com a preservação dos acervos?
- 9) Vocês pretendem criar alguma política voltada a preservação dos acervos estaduais?
- 10) Qual a importância da criação do arquivo público do Estado para a preservação da memória social?
- 11) Nesse tempo de gestão, quais os avanços podem ser vislumbrados no tocante a preservação dos acervos documentais do estado?